

EDITORIAL

O volume 27, Número 71, da Revista Textura, apresenta ao leitor um conjunto de dez artigos, compostos por variados temas, a partir da aprovação na modalidade de fluxo contínuo.

O primeiro conjunto de artigos aborda temáticas que tratam de corpo e diversidade por meio de estudos que discutem desde a cidade como espaço de resistência e educação dos sujeitos LGBTQIA+, passando pela análise de uma série televisiva brasileira que aborda questões de gênero e sexualidade. Também estão reunidos aqui um artigo que examina como um *podcast* de fisiculturistas brasileiros, publicado na plataforma *YouTube*, produz narrativas que fazem circular determinadas masculinidades, bem como outro que investiga os desafios de participantes surdos no ENEM, a partir do gênero redação na análise da Competência III.

O artigo “A cidade como espaço e território de memória, resistências e educação dos sujeitos LGBTQIA+”, de autoria de Jonas Augusto Silva, Anderson Ferrari (ambos da Universidade Federal de Juiz de Fora), Wellington Araújo Soares Júnior e Leonardo Civalle (da Universidade Federal de Viçosa), discute a cidade como *locus* de sociabilidades, disputas simbólicas e processos formativos para sujeitos LGBTQIA+. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista inspirada em Michel Foucault, os autores analisam dados preliminares de uma pesquisa realizada com universitários LGBTQIA+ de Juiz de Fora (MG), evidenciando como espaços urbanos diversos – culturais, de lazer e convivência – constituem territórios de memória e resistência. Os resultados destacam a circulação plural desses sujeitos, que constroem pertencimentos e modos de subjetivação por meio das redes de sociabilidade, tensionando normatividades espaciais e históricas hegemônicas. O estudo enfatiza a relevância de visibilizar narrativas historicamente silenciadas e de compreender a cidade como espaço educativo,

no qual se produzem identidades, práticas políticas e novos modos de habitar o urbano.

Em “O que podemos aprender sobre gênero e sexualidade com a série “TodXs nós?”: algumas contribuições para o debate sobre identidades contemporâneas”, produzido por Cristiano Eduardo da Rosa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Jane Felipe, do Instituto Federal Catarinense, essa produção audiovisual brasileira é analisada para discutir questões de gênero e sexualidade. Sustentado na perspectiva pós-crítica de análise e nos referenciais dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais, o estudo valeu-se da etnografia de tela para exame das cenas e diálogos. Segundo os autores, a narrativa problematiza os *scripts* de gênero e aumenta as possibilidades de aprendizagem sobre diversidade, interseccionalidade e enfrentamento à cisheteronormatividade. Como resultado, considera-se que a série “TodXs nós?” é um dispositivo cultural que tensiona certas normas sociais e linguísticas, favorecendo debates educativos sobre as identidades contemporâneas.

Escrito por Silas Miquéias da Silva Boldo e Tiago Duque (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), o artigo “Corpos que ensinam no YouTube: fisiculturismo e masculinidades no contexto pós-Covid-19” examina como narrativas audiovisuais de fisiculturistas brasileiros, publicadas no *YouTube* durante o período pós-pandêmico, funcionam como pedagogias culturais que produzem e regulam masculinidades. Com base em uma perspectiva pós-crítica que adota a etnografia digital como metodologia de pesquisa, os autores analisam discursos de superação e interações entre os produtores e sua audiência, demonstrando como tais conteúdos fortalecem ideais de hipermasculinidade, autossuficiência, resistência à dor e disposição ao risco — valores amplificados no contexto da experiência com a Covid-

19. Ao evidenciar a circulação de metáforas heroicas e a presença de marcadores raciais na constituição desses corpos midiáticos, o estudo sinaliza que as plataformas digitais se configuram como espaços educativos potentes, nos quais se difundem currículos corporais normativos que atravessam o universo *fitness* e alcançam a escola e outros contextos formativos.

Já o artigo “O gênero redação do ENEM de pessoas surdas de Marabá (PA): uma análise da Competência III” investiga os desafios enfrentados por participantes surdos no Exame Nacional do Ensino Médio, com foco na competência que avalia a seleção, organização e interpretação de informações e argumentos. Escrito por Renan Torres da Costa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), Maiany Sousa de Jesus (Universidade do Estado do Pará) e Mírian Rosa Pereira (Universidade Federal do Amazonas), o artigo é desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com análise documental e estudo de caso de quatro espelhos de redação produzidos entre 2019 e 2024. No estudo os autores evidenciam dificuldades recorrentes relacionadas à formulação clara da tese, fragilidade estrutural na introdução e influências da Libras no português escrito como segunda língua. O artigo enfatiza a necessidade de formação docente específica para o ensino de português como L2 e para a avaliação de textos de sujeitos surdos, destacando a importância de práticas pedagógicas e políticas linguísticas que valorizem as especificidades do bilinguismo e assegurem equidade no processo avaliativo.

Uma segunda coleção de artigos apresenta estudos sobre artefatos e produções culturais articuladas à educação, a partir de textos que abordam desde uma análise de práticas e conteúdos de influenciadores literários brasileiros no *Instagram* e no *YouTube*, até uma proposta didática acerca de

inferências literárias a partir da música “No tempo da intolerância”, de Elsa Soares - abordando uma análise entre música e literatura. Também integra este conjunto um artigo que examina a representação simbólica da justiça e da punição na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, em uma reflexão pertinente às discussões contemporâneas sobre justiça, corrupção e moralidade.

Intitulado “Resenhas, listas e livros nas estantes: o conteúdo produzido por influenciadores literários e as preferências de seus seguidores”, o texto produzido por Camila Alves de Melo (Universidade Federal de Goiás), analisa práticas recorrentes de quatro influenciadores literários brasileiros no *Bookstagram* e no *BookTube*, buscando compreender tanto os formatos de produção quanto as interações com os seus respectivos públicos. Ancorado nos Estudos Culturais e em pesquisas sobre leitura, e tendo como metodologia a etnografia digital e a observação silenciosa, o estudo identifica que conteúdos como resenhas, listas temáticas, tutoriais sobre práticas de leitura e exibição de livros e estantes constituem pedagogias culturais que moldam modos de ser leitor na contemporaneidade.

O artigo “A simbólica literária da justiça: a punição dos corruptos fraudadores no Inferno dantesco”, escrito por Francisca Cecília de Carvalho Moura Fé (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e Wilson Franck Junior (Universidade Estadual do Tocantins), examina a representação simbólica da justiça e da punição na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, especialmente no *Inferno*. Os autores investigam como o poeta italiano constrói uma arquitetura moral e literária da justiça divina ao associar punições proporcionais aos pecados cometidos, com ênfase nos corruptos e fraudadores. Fundamentado em pesquisa bibliográfica de caráter hipotético-dedutivo, o estudo articula perspectivas filosóficas,

jurídicas e literárias para interpretar a alegoria dantesca como expressão da ordem cósmica e da moral cristã medieval. A análise demonstra que, ao punir os corruptos em conformidade com seus atos, Dante não apenas reafirma a lógica da retribuição divina, mas também denuncia a degradação ética e política de sua época — reflexão que mantém pertinência nas discussões contemporâneas sobre justiça, corrupção e moralidade.

Em “A música ‘No tempo da intolerância’ e educação: uma proposta didática acerca de inferências literárias”, de Renan Belarmino Viana da Silva e Acauam Silvério de Oliveira (ambos da Universidade de Pernambuco), os autores propõem uma reflexão sobre as relações entre literatura, música e ensino a partir da análise da canção *No Tempo da Intolerância*, de Elza Soares. Fundamentado em autores como Bakhtin, Candido e Koch, o estudo defende a canção popular como gênero discursivo capaz de promover o pensamento crítico, a leitura inferencial e a formação cidadã. A partir de uma revisão bibliográfica, os autores desenvolvem uma proposta didática alinhada à habilidade EF69LP44PE do Currículo de Pernambuco, que enfatiza a inferência de valores sociais, culturais e humanos em textos literários. O artigo evidencia a potência da arte — em especial da música — como instrumento pedagógico de resistência, diálogo e humanização, ressaltando seu papel na construção de uma educação ética, plural e comprometida com os direitos humanos.

Por fim, o último conjunto de artigos apresenta textos cujas temáticas tratam da interseção entre teorizações articuladas a textos publicitários como promotoras de letramento crítico no ensino de Língua Portuguesa, metodologias para aprendizagem de história e questões

linguísticas em uma escola indígena de ensino médio em Pernambuco.

O artigo “Intersecções entre a Teoria do Imaginário e os textos publicitários enquanto promotores do letramento crítico: o estado da arte”, de Camylla de Barros Costa e Gean Karlo Gomes (ambos da Universidade de Pernambuco), realiza uma revisão integrativa qualitativa da produção científica entre 2018 e 2023, mapeando estudos que relacionam o Letramento Crítico (LC), o ensino de Língua Portuguesa (LP) e a Teoria do Imaginário, com foco nos gêneros publicitários. A análise, desenvolvida em bases como CAPES, SciELO e Google Acadêmico, revela uma lacuna significativa na articulação teórica entre o LC e o Imaginário, frequentemente tratado de modo superficial nas pesquisas. Apesar do reconhecimento do potencial dos textos publicitários para o desenvolvimento do pensamento crítico e da leitura ideológica, a autora constata a subutilização dos aportes simbólicos e antropológicos da Teoria do Imaginário, sobretudo na formação docente. O estudo conclui que a integração dessa teoria ao ensino de LP pode ampliar a compreensão das dimensões simbólicas e ideológicas da linguagem publicitária, fortalecendo a prática educativa crítica e interdisciplinar.

Escrito por Arnaldo Szlachta (Universidade Estadual de Maringá) e Higor Renan Bezerra Pessoa (Universidade Federal de Pernambuco), o artigo “Um olhar genealógico sobre a Aula-Oficina e a Aula Histórica: duas metodologias para a aprendizagem histórica”, apresenta uma análise comparativa e genealógica de duas metodologias centrais no campo da Educação Histórica: a Aula-Oficina, proposta por Isabel Barca, e a Aula Histórica, desenvolvida por Maria Auxiliadora Schmidt. Fundamentado na teoria de Jörn Rüsen, o estudo demonstra como ambas as propostas se distanciam da Transposição Didática tradicional ao reconhecer o professor

como investigador e o aluno como protagonista da construção do conhecimento histórico. A pesquisa evidencia que a Aula Histórica constitui uma reelaboração e ampliação da Aula-Oficina, incorporando dimensões de ciência, vida, prática e cultura como eixos da aprendizagem significativa. A análise ressalta que essas metodologias promovem o desenvolvimento da consciência histórica e da literacia histórica, possibilitando que os estudantes atribuam sentido ao passado a partir de suas experiências e contextos socioculturais. Como resultado, o artigo reforça a relevância dessas abordagens para uma didática da História mais autônoma, investigativa e formadora de sujeitos históricos conscientes.

Finalizando essa edição temos o artigo “O entendimento sobre a variação e o preconceito linguístico em uma turma do 1º ano do Ensino Médio da Escola Indígena do Povo Truká”, de Flávio Passos Santana (Universidade de Pernambuco), Franciele Torres de Sá e Maria Aparecida Oliveira da Conceição (ambas da Escola Indígena João Alberto Maciel). O estudo investiga as percepções de estudantes indígenas acerca da variação linguística e do preconceito linguístico no contexto escolar. A pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, foi desenvolvida com discentes de uma escola indígena localizada na Ilha da Assunção, em Cabrobó-PE. Os resultados indicam que os alunos demonstram conhecimento limitado sobre o tema e, muitas vezes, reproduzem visões normativas da língua portuguesa, o que reforça práticas excludentes no ambiente escolar. Como resultados, os autores evidenciam a necessidade de um ensino linguístico consciente, plural e decolonial, que valorize as variedades da língua portuguesa e reconheça o modo de falar como expressão da identidade cultural e social dos povos indígenas. Conclui-se que o combate ao preconceito linguístico deve ser assumido como prática pedagógica essencial para a promoção do respeito à diversidade e à



valorização das múltiplas formas de expressão linguística no Brasil.

Desejamos a todos/as uma ótima leitura!

Darlize Teixeira de Mello, Liége Freitas Barbosa e Marta Campos de Quadros.